



#### A PROCURA DE MATRÍCULA

Crianças numa creche no Jabaquara, na Zona Sul. Liminar da Justiça determinou a criação de 62 mil vagas — incluindo a pré-escola — em nove meses



Edilson Damás/Diário SP - 29-03-2011

#### Autor da ação descarta riscos no atendimento

Autor da ação civil pública que levou o juiz Iasin Issa Ahmed a determinar a criação de 62 mil vagas em creches e pré-escolas, o defensor público Flávio Frasseto não vê riscos à qualidade do atendimento às crianças. "O MEC tem parâmetros para a educação infantil e eles devem ser observados pela Prefeitura na criação dessas vagas", disse.

# Decisão judicial sobre vagas em creches é inatingível

Para especialista, falta acordo entre Executivo e Judiciário. Jurista considera liminar insustentável

João Carlos Moreira  
jcmoreira@diariosp.com.br

#### SEM CONDIÇÕES

**"Existe a teoria da impossibilidade material, ou seja, a falta de condições de se colocar algo em prática, ainda que esteja previsto na lei ou na Constituição"**

Ives Gandra Martins  
Jurista

A decisão judicial determinando que a Prefeitura crie em nove meses 62 mil vagas em creches e pré-escolas pode servir para chamar a atenção para as dificuldades enfrentadas por pais de crianças com idade entre 0 e 5 anos, mas não será uma solução ao problema.

O número estimado pelo juiz Iasin Issa Ahmed, da Vara da Infância e Juventude de Santo Amaro, na Zona Sul, corresponde a metade das vagas existentes nas creches municipais e não poderá ser alcançado no prazo estipulado.

Embora a liminar (decisão provisória) concedida pelo juiz se refira somente à região de Santo Amaro, o déficit de vagas em creches existe em toda a cidade. Mas, para Cisele Ortiz, coordenadora do instituto educacional "Avisa lá" e integrante do grupo de educação da Rede Nossa São Paulo, a solução não está numa decisão judicial que não leve em conta as dificulda-

des práticas para a criação de vagas em creches e pré-escolas.

"Entendo que deve haver um acordo entre Executivo, Legislativo e Judiciário para buscar soluções. Não adianta o juiz determinar uma meta e a Prefeitura cumprir essa meta comprometendo a qualidade do atendimento à criança, seja colocando mais alunos por sala ou firmando convênios sem os devidos cuidados", afirmou.

**ACORDO** / Segundo Cisele Ortiz, o acordo entre os três poderes teria condições de estabelecer prioridades em áreas de maior vulnerabilidade social e fixar metas por regiões. "Não adianta atender uma região e deixar outra com a mesma defasagem de vagas", disse. A Prefeitura tem conseguido alguns avanços na educação infantil, mas falta clareza aos seus planos", acrescentou.

De acordo com a Secretária Municipal de Educação, o número de vagas em creches municipais saltou de 59 mil em 2005 para 130 mil em dezem-

bro de 2010. Ainda assim, a estimativa é de que outras cerca de 130 mil crianças com idade entre 0 e 3 anos ainda estejam na fila por vagas. Na pré-escola, o atendimento acolhe a cerca de 90% da demanda de crianças com idade entre 4 e 5 anos.

Considerando que o custo anual da Prefeitura com uma criança na creche é de R\$ 5.943, o cumprimento da meta determinada pelo juiz implicaria um gasto de cerca de R\$ 356 milhões. Para o jurista Ives Gandra Martins, a decisão não deve se sustentar nas instâncias superiores do Judiciário. "Existe em direito a teoria da impossibilidade material, ou seja, a falta de condições de se colocar algo em prática, ainda que isso esteja previsto na Constituição".

Martins afirmou que a decisão do juiz ainda criou despesas para o Executivo, sem especificar de onde sairão os recursos. "Ele (juiz) está mexendo no orçamento da Prefeitura, que foi aprovado pelo Legislativo. A competência de alterar esse orçamento não é do Judiciário."

**130 mil** é o total de vagas em creches municipais, segundo a Prefeitura

#### Defensor quer mais investimentos na área

O defensor Flávio Frasseto também rebateu a tese da impossibilidade material. "Claro que a Prefeitura sempre vai dizer que fez o que era possível, mas sabemos que é possível fazer mais. Ela tem condições de investir mais, atender à demanda por vagas", afirmou ele.

#### Prefeitura diz que enfrenta o problema

A Prefeitura anunciou que vai apresentar recurso contra a liminar judicial. Segundo a Secretaria da Educação, o investimento na educação infantil em 2011 deve ultrapassar R\$ 1 bilhão. A pasta já mostrou "sua capacidade de enfrentamento do problema e vai continuar trabalhando para construir novas unidades e firmar novos convênios".